

## Frente de prefeitos prefere simplificação a fusão de impostos na reforma tributária



O presidente da FNP (Frente Nacional dos Prefeitos), Jonas Donizette (PSB), afirmou nesta quinta-feira (17) que os gestores municipais decidiram apoiar uma proposta de simplificação de impostos na reforma tributária para não abrirem mão do ISS (Imposto Sobre Serviços).

A simplificação, que deve apenas mudar como o imposto será cobrado, seria uma proposta diferente das propostas feitas por Câmara e Senado, de fusão de certos tributos municipais, estaduais e federais.

A proposta apoiada pela FNP é chamada de Simplifica Já. Segundo Vitor Puppi, presidente da Abrasf (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais), a ideia é a criação de um ISS com um padrão nacional,

com uma única legislação para o imposto.

“Em vez das 27 legislações, das milhares de resoluções, decretos, regulamentos do ICMS, nós teríamos uma legislação nacional. Também uma legislação nacional do ISS para os milhares de municípios -teríamos apenas uma lei”.

Puppi disse que a proposição visa também uma desoneração parcial da folha de pagamentos.

Em audiência pública da comissão mista que analisa as propostas da Câmara e do Senado, Donizette, que também é prefeito de Campinas, disse que a maioria dos prefeitos da FNP não sente firmeza na proposta de um fundo de compensação para as perdas das cidades na reforma tributária. Por isso, a decisão da frente foi apoiar o Simplifica Já.

A ideia do fundo é discutida como forma de compen-

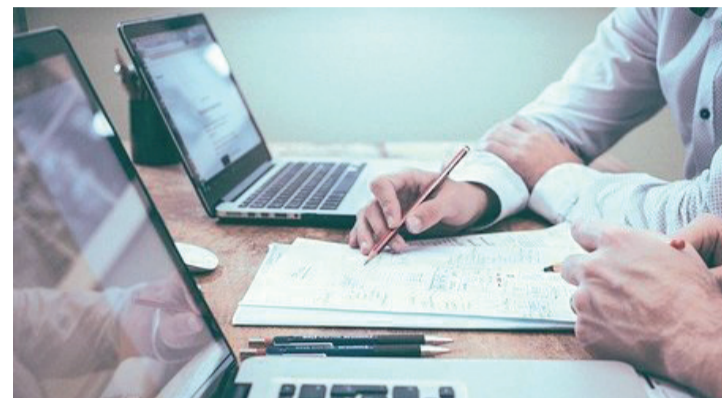
sação por eventuais perdas de estados e municípios com a fusão de impostos discutida pelos parlamentares.

“Os prefeitos vivem um clima de desconfiança. Não é uma desconfiança do trabalho dos senhores, é uma desconfiança de situações que o Brasil já viveu. Por exemplo, há a Câmara de Compensação. Eles não sentem firmeza nessa Câmara de Compensação, porque nós já tivemos no passado alguns que previram compensações que não foram aplicadas”, explicou aos parlamentares.

Além de citar o momento de pandemia e de eleições, o prefeito também apontou que o ISS tem fácil arrecadação nos municípios. Segundo Donizette, os prefeitos têm a sensação de que abririam mão de uma receita independente para ficar à mercê de repasses.

Isabella Macedo e Fábio Pupo/Folhapress

## Economia



**Abertura de empresas cresce, enquanto fechamento recua em 8 meses**

Página - 03

**Ministro diz que 5 empresas de varejo e logística têm interesse em comprar Correios**

Página - 03

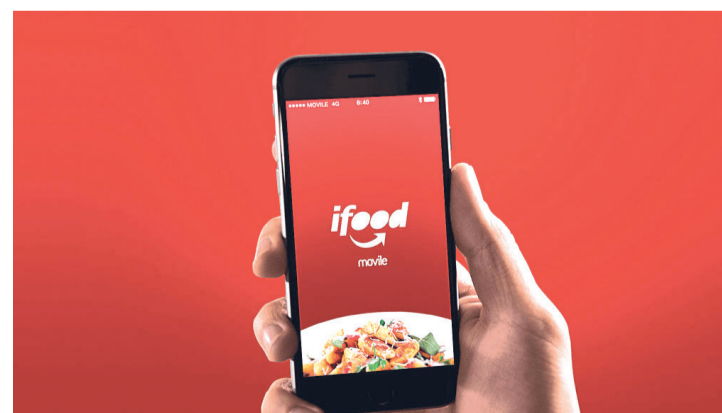
## Política



**Velocidade da retirada de estímulos vai definir retomada e quadro fiscal em 2021, dizem economistas**

Página - 04

## Fusões & Aquisições



**iFood compra plataforma de mercearias SiteMercado**

Página - 05

## No Mundo

### EUA agravam crise entre China e Taiwan com nova visita de autoridade



A crise entre China e Taiwan, ilha que o país asiático considera uma província rebelde, agravou-se nesta quinta-feira (17) com a chegada de mais uma alta autoridade americana à república insular.

O Ministério das Relações Exteriores chinês afirmou que “dará uma resposta necessária” à visita de Keith Krach, subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos. Ele chegou à ilha nesta quinta e ficará três dias, encontrando-se com a presidente Tsai Ing-wen.

Krach é a mais alta autoridade do Departamento de Estado, o Itamaraty americano, a visitar Taiwan desde que os EUA reconheceram a China comunista –de forma ambígua, dando supor-

te à pretensão territorial de Pequim sobre Taipé, mas ao mesmo tempo fornecendo armas para a ilha.

Em agosto, o governo de Donald Trump já havia despachado o secretário de Saúde, Alex Azar, para aquela que seria a visita de mais alto nível desde 1979. Na ocasião, a China fez uma ameaça militar direta a Taiwan, e dois caças seus chegaram a ficar na mira de baterias antiaéreas da ilha.

A fórmula foi repetida nesta quarta (16), véspera da chegada de Krach. Dois aviões de patrulha marítima Y-8 chineses voaram até a porção sudoeste da Adiz (sigla inglesa de Zona de Identificação de Defesa Aérea) de Taiwan e deram meia-volta.

A Adiz é uma área que vários países estabelecem, além de seu espaço aéreo, para

identificar aeronaves suspeitas que se dirijam a seu território. Os EUA usualmente testam a rapidez de reação dos chineses em sua própria Adiz.

“A China vai dar a resposta necessária dependendo de como a situação evoluir. Nós pedimos ao lado americano que reconheça a extrema sensibilidade da questão de Taiwan”, afirmou Wang Wenbin, do Ministério das Relações Exteriores.

Krach tem a missão, segundo relatos da mídia de Taiwan, de tentar azeitar um acordo de livre comércio entre a ilha e os EUA –algo a que a China obviamente se opõe. Poderá deixar Taipé no mínimo com o fim da restrição à compra de carne suína e bovina dos EUA, como Tsai prometeu.

Igor Gielow/Folhapress

### Mais de 170 países aderiram ao programa de vacinas contra covid-19

Em um vídeo pré-gravado para um webinar sobre o Covax - programa de aceleração e alocação global de recursos contra o novo coronavírus co-liderado pela OMS que visa impulsionar o desenvolvimento de vacinas para combater a pandemia de covid-19 e ajudar na produção e distribuição dos medicamentos mais eficazes assim que disponíveis -, Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), informou ontem (17) que mais de 170 países aderiram à iniciativa. “Mais de 170 países aderiram à Covax, ganhando acesso garantido ao maior portfólio mundial de vacinas candidatas”, informou.

O Covax tem como objetivo tornar amplo e fácil o acesso à eventuais vacinas

para o novo coronavírus, para evitar que guerras por patentes e uma disputa econômica acirrada prejudiquem a chegada do medicamento a países mais pobres.

Mais cedo, durante a conferência de imprensa diária da OMS, Tedros citou o juramento de Hipócrates - compromisso ético que sacramenta o ofício da medicina - para falar sobre a busca de uma cura para a covid-19 que, segundo o diretor, deve ser amplamente testada e reconhecidamente eficaz. “Por milhares de anos, a medicina operou [baseada] em um princípio simples: ‘primum non nocere’ - antes de tudo, não cause danos. Este princípio é tão verdadeiro hoje quanto no tempo de Hipócrates. Ninguém deve ser prejudicado ao procurar ajuda.”

Reuters/ABR



### Argentina restringe acesso ao dólar e induz empresas ao calote



O Banco Central argentino anunciou medidas que encarecem e que restringem ao máximo o acesso de pessoas físicas e jurídicas à moeda estrangeira, além de forçar as empresas ao calote como forma de reestruturarem as suas dívidas no exterior.

As medidas visam conter ainda mais a saída de dólares das escassas reservas do Banco Central e dificultar que os dólares saiam da Argentina num contexto de perda generalizada de credibilidade e de valor do peso argentino.

“A Diretoria do Banco Central tomou medidas para promover uma mais eficiente distribuição de divisas, para evitar operações de investidores não-residentes que irrompam no mercado financeiro e para assentar as diretrizes para uma renegociação da dívida privada externa”, anunciou o Banco Central, através de uma nota.

Desde ontem, as compras de bens e de serviços realizadas no exterior, através de cartões de crédito e de débito, terão seu montante reduzido da cota de US\$ 200 (R\$ 1.050) mensais que cada argentino

tem para comprar dólares em bancos e casas de câmbio.

No país onde as pessoas usam o dólar como reserva de valor e unidade de poupança em lugar do peso argentino desvalorizado, as pessoas físicas podiam comprar até US\$ 200 por mês. Além disso, podiam comprar de forma ilimitada através de cartões de crédito e de débito.

A partir de agora, o limite total será de US\$ 200 mensais (ou o seu equivalente em outras moedas). Se uma compra superar esse limite, automaticamente será descontada das sucessivas cotas mensais.

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## Abertura de empresas cresce, enquanto fechamento recua em 8 meses



O número de empresas abertas no país cresceu, enquanto o fechamento caiu de janeiro a agosto, comparado com o mesmo período do ano passado. Segundo o Ministério da Economia, em oito meses foram abertas 2,152 milhões de empresas, aumento de 0,5% em relação a igual período de 2019. Já o número de empresas fechadas chegou a 682.750, com queda de 14,5%, nesse mesmo período de comparação. Os dados foram apresentados ontem (17) no Mapa das Empresas - Boletim do 2º trimestre de 2020.

De acordo com o secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Gleisson Rubin, apesar do crescimento na abertura de empresas e recuo no fechamento, os resultados

foram afetados pela pandemia da covid-19. Isso porque no resultado acumulado do ano estão os dados referentes a abril e maio, os mais impactados pela crise gerada pela pandemia. “Foram dois meses de resultados bastante impactados pela pandemia. O volume de abertura esteve muito abaixo da média histórica. Se considerássemos o desempenho normal em abril e maio, seguramente o crescimento seria bem maior do que 0,5%”, disse.

Os fechamentos, acrescentou o secretário, foram influenciados pelas medidas de isolamento e restrição ao fluxo de pessoas, combinado com a suspensão do atendimento presencial em unidades das juntas comerciais.

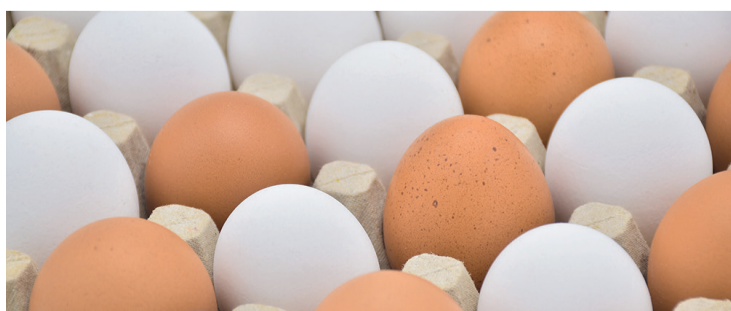
Rubin explicou que a suspensão das atividades é diferente do fechamento formal.

“A nossa legislação ainda hoje faz com que as dívidas da pessoa jurídica sejam sucedidas pelo CPF do titular [quando há o fechamento formal da empresa]. Isso pode fazer com que o empresário retarde o fechamento formal de uma empresa, com a possibilidade de voltar a funcionar mais a frente ou tenha um fechamento formalizado”, disse.

No segundo trimestre deste ano, foi registrada a abertura de 944.469 empresários individuais, representando aumento de 2,9% em relação ao primeiro trimestre de 2020 e aumento de 1,4% em relação ao segundo trimestre de 2019. No total, são 13.783.503 empresários individuais ativos, incluídos os microempreendedores individuais (MEI).

Kelly Oliveira/ABR

## Alta nos preços impõe troca de carne por ovo e pedido por cesta básica nas redes sociais



Alta no valor dos alimentos vem de algo distante da realidade da população, mas impactou diretamente a sua casa. Segundo o economista

Juan Pereira, 26, a alta vivida no Brasil está ligada ao cenário da economia mundial e ao aumento das vendas dos produtos brasileiros para o exterior.

“Ficou mais vantajoso exportar o produto e aproveitar o câmbio favorável. Alguns produtores privilegiaram a exportação do arroz do que disponibilizá-lo para o mer-

## Ministro diz que 5 empresas de varejo e logística têm interesse em comprar Correios

O ministro das Comunicações, Fábio Faria (PSD-RN), afirmou nesta quarta-feira (16) que cinco grupos estão interessados na compra do serviço postal dos Correios. Dentre eles estão Magazine Luiza e os estrangeiros Amazon, DHL e Fedex.

A estatal está inscrita no programa de desestatização do governo federal mas, para sua venda, será preciso modificar a Constituição para permitir que a entrega de correspondências seja feita por uma empresa privada. Hoje é competência exclusiva da União.

“Quem comprar vai ter de continuar entregando [correspondências] em Tabatinga (AM), Macapá (AP), Santarém (PA) e Caixas do Sul (RS)”, disse Faria em uma live realizada pelo site de investimentos Traders Club.

“Ainda estamos discutindo composição acionária, mas será decidido pelo Congresso Nacional. O importante é que há cinco players

interessados.”

O ministro disse que o interesse desses grupos demonstra que não haverá “processo vazio na privatização” dos Correios, mesmo diante da obrigação da entrega postal, um serviço em franca decadência.

“Eles sabem que vão receber esse ônus, mas o bônus também. [Os Correios] são uma empresa saudável que deu R\$ 640 milhões de Ebitda [lucro antes de juros, impostos, amortizações e depreciações] ano passado.”

Procurada pela reportagem, a Magazine Luiza e Amazon disseram que não comentam rumores.

A DHL também afirmou que não comentar especulações de mercado sobre potenciais fusões e aquisições, e que não está nos planos da empresa crescer no negócio postal por meio da participação no processo de privatização de outros serviços postais no exterior.

Folhapress



cado interno”, diz. “Quem paga mais leva o arroz”.

A situação tem afetado, sobretudo, moradores de baixa renda que tem a maior parte dos gastos justamente com alimentação.

De acordo com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), nos oito primeiros meses do ano, a inflação registrada na cesta de consumo das famílias mais pobres foi duas vezes maior do que a de famílias mais ricas. Neste ano, o arroz, por exemplo, teve uma alta de 19,2%, o feijão, de 35,9%, e o leite, 23%.

Como alternativa, algumas pessoas tiveram de trocar o que consumiam para conseguir ter comida na mesa.

Alimentos antes comuns na rotina da casa agora estão sendo substituídos. A carne, por exemplo, deu lugar ao ovo. “Está difícil, meus pais também estão desempregados, ajudo no que posso porque minha mãe é doente”, afirma a estudante Camila.

Antes da pandemia Camila trabalhava como babá, mas perdeu o emprego assim como o companheiro, que era atendente de telemarketing.

Folhapress

## Política

### Velocidade da retirada de estímulos vai definir retomada e quadro fiscal em 2021, dizem economistas



**D**osar a retirada de estímulos fiscais será a questão-chave para definir a trajetória de recuperação do país no pós-pandemia, avaliam os economistas Armando Castelar, Manoel Pires e Nilson Teixeira, que participaram nesta quinta-feira (17) de debate promovido pelo jornal Folha de S.Paulo, em parceria com a FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Para os analistas, esse “desmame” das políticas de estímulo deverá definir a trajetória fiscal do país e o ritmo do crescimento, que vai depender de um aumento da demanda privada que compense a retração esperada da demanda pública.

Castelar, Pires e Teixeira avaliam que, nesse cenário, a inflação e os juros devem permanecer baixos por ainda muito tempo. E que um am-

biente externo bastante favorável deve anestesiar a urgência do governo em lidar com a questão da dívida pública.

Coordenador de Economia Aplicada do FGV-Ibre, Castelar lembrou que o país entrou na crise atual já em situação bastante desfavorável, ainda combatido pela recessão anterior, com crescimento em torno de 1% ao ano e dificuldade de retomar investimentos, que tiveram seu pico em 2013.

No entanto, a recuperação do país na pandemia tem surpreendido, e isso se deve em grande parte ao fato de o país ter adotado um dos maiores pacotes de estímulo fiscal como proporção do PIB (Produto Interno Bruto) do mundo.

“O que vem pela frente é complicado, há a necessidade de uma retração fiscal, que obviamente tem um impacto negativo sobre a demanda e,

portanto, sobre a economia. Parece inevitável, não há como manter o nível de estímulo fiscal atual”, disse Castelar.

Assim, o economista avalia que a demanda privada terá que crescer para compensar a queda da demanda pública, o que já começa a acontecer no comércio e na indústria, mas segue distante no setor de serviços, que continua muito retraído.

Para Manoel Pires, pesquisador associado do FGV-Ibre, a agenda fiscal se tornou muito complexa no pós-pandemia, porque será preciso tratar da questão federalismo com diversos estados e municípios em situação delicada, do combate à pobreza e ao mesmo tempo manter alguma estabilidade fiscal, sem a qual não é possível sustentar os juros em nível baixo.

Thais Carranã/Folhapress

### Marco Aurélio suspende depoimento presencial de Bolsonaro em inquérito sobre acusações de Moro



**O** ministro Marco Aurélio, do STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu nesta quinta-feira (17) suspender o depoimento do presidente Jair Bolsonaro no inquérito que apura se ele violou a autonomia da Polícia Federal. A acusação foi feita por Sergio Moro ao pedir demissão do Ministério da Justiça em abril.

A oitiva estava marcada para entre os dias 21 e 23 de setembro. O ministro Celso de Mello havia obrigado o chefe do Executivo a depor presencialmente, mas Bolsonaro recorreu e Marco

### Decreto define regras para pagamento de auxílio emergencial de R\$ 300

**A**s regras para a concessão do auxílio emergencial residual de R\$ 300 foram publicadas em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) dessa quarta-feira (16).

O Decreto nº 10.488 regulamenta a Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020, que concede o auxílio emergencial residual de R\$ 300 ou R\$ 600 para mães solteiras.

Instituído em abril, para conter os efeitos da pandemia sobre a população mais pobre e os trabalhadores informais, o auxílio emergencial começou com parcelas de R\$ 600 ou R\$ 1.200 (no caso das mães chefes de família), por mês, a cada beneficiário. Inicialmente projetado para durar três meses, o auxílio foi estendido para o total de cinco parcelas. E a partir de hoje, será pago o auxílio emergencial residual no valor de R\$ 300 em até quatro parcelas mensais.

Os primeiros a receber serão os beneficiários do Bolsa Família. Segundo a Caixa, 12,6 milhões de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família receberão o novo do benefício a partir de hoje. De acordo com o decreto, o calendário de pagamentos do auxílio emergencial residual será idêntico ao de pagamentos vigente para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

No total, as parcelas de R\$ 300 serão pagas para mais de 16,3 milhões de pessoas, no montante de R\$ 4,3 bilhões. Portaria também publicada na edição extra do DOU define que a Caixa fica responsável por divulgar o calendário de pagamentos do auxílio emergencial residual definido pelo Ministério da Cidadania para os beneficiários que não são cadastrados no Bolsa Família. A Caixa ainda não divulgou o novo calendário.

Kelly Oliveira/ABR



Aurélio remeteu a decisão ao plenário do STF. “Determino a suspensão da tramitação do inquérito até a questão ser submetida ao Pleno”, determinou o ministro.

Assim, fica suspensa a oitiva até que o conjunto de ministros da corte discuta o tema.

O recurso da AGU (Advocacia-Geral da União) foi encaminhado a Marco Aurélio porque Celso, que é o relator do caso, está de licença médica.

A PF intimou o presidente na quarta-feira (16) e havia dado três opções ao presidente para realização do depoimento: 21, 22 ou 23 de setembro,

às 14h. Bolsonaro irá depor na condição de investigado.

Marco Aurélio afirmou que é contra a “autofagia” do tribunal e por isso não poderia reconsiderar sozinho o despacho do colega. Mas decidiu adiar o depoimento determinado por Celso:

“Considerada a notícia da intimação para colheita do depoimento entre 21 e 23 de setembro próximos, cumpre, por cautela, suspender a sequência do procedimento, de forma a preservar o objeto do agravo interno e viabilizar manifestação do Ministério Público Federal”, afirmou.

Matheus Teixeira/Folhapress

## Fusões & Aquisições

### iFood compra plataforma de mercearias SiteMercado



O iFood anunciou nesta quarta-feira, 16, a compra do SiteMercado, que faz intermediação de vendas online de mercados e mercearias, ampliando a aposta num setor que disparou nos últimos meses com as medidas de isolamento para conter a pandemia da covid-19.

Criado há cerca de cinco anos e com sede em São José do Rio Preto, interior paulista, o SiteMercado funciona como um white label digital, por meio do qual pequenos negócios podem ter seus próprios canais de comércio eletrônico. Atualmente, o portal tem vendedores em 476 cidades de 24 Estados do país.

A compra de 100% do negócio, por valor não revelado, reforça a aposta do maior portal de encomendas de refeições do país para diversificar e expandir receitas num setor no qual estreou em 2019 com

seu braço iFood Mercado, hoje com 2,1 mil vendedores.

Diferente dessa unidade própria, o SiteMercado seguirá operando de forma independente, com esquemas próprios para pagamentos e para entrega das encomendas, explicou Henrique Iwamoto, vice-presidente de Negócios do iFood.

“São negócios complementares, mas vemos muitas chances de sinergias no futuro”, disse Iwamoto à agência de notícias Reuters, mencionando por exemplo a possibilidade de as marcas iFood e Site Mercado chegarem a todos os municípios onde hoje só há uma delas. O iFood está hoje em cerca de mil cidades brasileiras.

A expectativa do iFood é de que seu braço de supermercados chegue a 3 mil vendedores em 250 ci-

dades até o fim de 2020.

A aquisição mostra como grandes empresas de comércio eletrônico estão se movimentando para aproveitar a guinada do setor também para nichos de operações quase totalmente presenciais, como o de supermercados, na esteira da pandemia.

O próprio iFood Mercado diz que suas vendas em agosto cresceram 240% em relação a março, quando as medidas de isolamento social entraram em vigor.

Após ter comprado em janeiro a Supermercado Now, a B2W anunciou em maio parceria com o grupo supermercadista BIG para integração de plataformas de venda.

O Mercado Livre, maior plataforma de comércio eletrônico da América Latina, também passou a fazer a venda direta de produtos de supermercados desde maio.

Estado SP/Biznews

### Mirando aquisições, Locaweb tem conversas avançadas com 7 empresas, diz CEO



A Locaweb segue com foco total em aquisições, e já tem 7 conversas consideradas em estágio avançado. É o que disse o CEO da empresa, Fernando Cirne, em entrevista de quinta-feira (10).

O objetivo de ir às compras da empresa já é conhecido dos investidores. Quando a Locaweb estreou na bolsa, em fevereiro, informou que destinaria os recursos que levantasse para aquisições estratégicas. Agora, Cirne diz que a empresa segue “trabalhando forte” nisso.

Sem revelar o nome das companhias com quem a Locaweb está negociando,

### Fintech de meios de pagamento SumUp anuncia aquisição de empresa chilena

A SumUp, fintech de meios de pagamento, anunciou recentemente a compra de toda operação do Compraquí, uma das principais processadoras de pagamento do Chile, mantida em parceria com o BancoEstado, principal banco público da região. Além de expandir a presença global da startup, o investimento transfere para a carteira da companhia mais de 80 mil clientes.

Para Carlos Grieco, diretor de Marketing e Expansão da SumUp, a aquisição dá continuidade à estratégia de expansão global da fintech, que já está presente em 31 países, incluindo Alemanha e Estados Unidos. “Estamos muito felizes com mais essa conquista. O Chile é o segundo país que entramos na América Latina e pretendemos crescer ainda mais”, aponta Grieco.

No mercado Chileno desde 2017, a SumUp foi uma das propulsoras do negócio de

meios de pagamento no país, mas há muito a ser explorado segundo Grieco. “No Brasil, 60% dos micronegócios ainda não aceitam pagamentos em débito ou crédito. No Chile, somam-se mais de um milhão de microempreendedores sem aceitar cartão. Ou seja, há muitos comerciantes que deixam de vender seus produtos e serviços. Está no DNA da SumUp impulsionar esse setor e não será diferente agora”, finaliza o executivo.

Nos últimos anos, a SumUp vem expandindo sua presença global. Hoje, está presente em três continentes e possui mais de 2 milhões de clientes. Em 2019, a empresa superou uma receita anual de € 200 milhões globalmente. Com a aquisição, espera-se que o faturamento da empresa aumente este ano, mesmo com a crise ocasionada pelo novo coronavírus, e que os planos de expansão tragam novidades em breve.

Startupi



Cirne adianta que está “em conversas bem interessantes com 7 empresas”. O objetivo, segundo ele, “é entregar aquisições até o final do ano”.

“A gente é muito cuidadoso com quem a gente escolhe. Já compramos 6 empresas, e nenhuma deu errado, porque a gente escolhe muito bem”, acrescenta Cirne.

A oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da Locaweb movimentou quase R\$ 1,2 bilhões, com oferta primária (venda de ações novas, que geram recursos que vão para o caixa da empresa) rendendo R\$ 575 milhões.

Desde então, os papéis da empresa vêm mostrando

desempenho forte na bolsa, com alta acumulada de mais de 200% e valor de mercado superior a R\$ 7 bilhões, de acordo com dados da Economatica.

A disparada aconteceu na esteira da divulgação dos resultados da empresa em meio à crise provocada pelo novo coronavírus. No segundo trimestre deste ano, a Locaweb teve receita de mais de R\$ 117 milhões, um aumento de 24% na comparação com 2019. Já o lucro subiu 40%, para R\$ 5 milhões. “Nós tivemos o melhor trimestre da nossa história”, afirma Cirne.

InvestNews

## Publicidade Legal

Central de Registro de Direitos Creditórios S.A.  
CNPJ/MF nº 20.087.479/0001-52 – NIRE 35.300.464.672  
Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

**Data, hora e local:** 31/07/2020, às 10h00, por meio exclusivamente digital – razão pela qual considera-se realizada na sede da companhia, nos termos do § 3º do Artigo 1º da IN DREI nº 79/2020 – com o uso do sistema de videoconferência Zoom, em vista das normas de isolamento correntes, com o objetivo de preservar a saúde dos participantes, nos termos da IN DREI nº 79/2020 e conforme informado no Edital de Convocação, mencionado no item “Convocação” abaixo, bem como respeitados os termos aplicáveis do Estatuto Social e dos Acordos de Acionistas arquivados junto à Companhia. **Convocação:** o Edital de Convocação foi publicado no Jornal Gazeta de São Paulo nos dias 23, 24 e 25/07/2020, nas páginas B5, A9 e A6, respectivamente; e no DOE-SP nos dias 23, 24 e 25/07/2020, no Caderno Empresarial, nas páginas 22, 42 e 44, respectivamente, conforme prevê o artigo 124, § 1º, inciso I da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76), bem como encaminhado pelo Presidente do Conselho de Administração a todos os Acionistas, via correio eletrônico, em 23.07.2020, conforme prevê o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia. **Presença:** Acionistas Associação Comercial de São Paulo – AACP, associação civil sem fins econômicos, com sede na cidade de São Paulo-SP, CNPJ nº 60.524.550/0001-31, representada por seu Procurador, Sr. Luiz Roberto Gonçalves, Presidente do Conselho de Administração da Companhia e Presidente da Assembleia, abaixo qualificado; Alpha Valorem Participações Societárias S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo-SP, CNPJ nº 23.972.228/0001-49, representada na forma de seu estatuto social, por seus administradores e representantes legais, Sr. José Carlos Aguilera Fernandes, portador do RG nº 6.351.218-X-SSP/SP e do CPF nº 669.242.948-04 e Sr. Fernando Jorge Kalleder, portador do RG nº 10.683.140-SSP/SP e do CPF nº 022.279.178-06; Ivan Pompeu Lopes, portador do RG nº 21.437.403-SSP/SP e do CPF nº 251.990.328-79; e Valter Rodrigues Viana, portador do RG nº 13.338.944-SSP/SP e do CPF nº 041.817.588-85; representando estes Acionistas 100% do capital social total da Companhia, reunidos por meio exclusivamente digital, com o uso do sistema de videoconferência Zoom, em conformidade com o disposto na IN DREI nº 79/2020, sendo a presença desses Acionistas ora atestada pelo Presidente e pela Secretária da Assembleia, ambos a seguir identificados e qualificados e únicos a assinarem a presente Ata, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 5º da IN DREI nº 79/2020. **Mesa:** Presidente: Luiz Roberto Gonçalves; Secretária: Mayara Moreno Ribeiro Sampaio. **Ordem do Dia:** 1. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomada das contas da administração e deliberação sobre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019, conforme publicados no DOE-SP, caderno Empresarial, página 177, na Edição de 28.03.2020, e no Jornal Gazeta de São Paulo, página A4, na Edição de 28 a 30.03.2020; e (ii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, para mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2022; e 2. Em Assembleia Geral Extraordinária: (iii) ratificação da comunicação do interesse do Acionista Ivan Pompeu Lopes em exercer seu direito de preferência na subscrição de novas ações ordinárias nominativas, na proporção de sua participação no capital social da Companhia anterior à aprovação do respectivo aumento, e ratificação da subscrição da parcela que caberia ao Acionista Valter Rodrigues Viana pelas Acionistas Alpha Valorem Participações Societárias S.A. e Associação Comercial de São Paulo, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia anteriores à aprovação do respectivo aumento, todos nos termos das deliberações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/01/2020, uma vez que o Acionista Valter Rodrigues Viana não exerceu seu direito de preferência de subscrição, no prazo decenal de 30 dias, contados da publicação do Aviso aos Acionistas, a qual ocorreu em 05.02.2020; e (iv) deliberação sobre proposta de novo aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 15.000.000,00, conforme proposta do Conselho de Administração aprovada na Reunião deste realizada em 15.06.2020, com a emissão de 15.000.000 de novas ações ordinárias nominativas, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, a serem subscritas e integralizadas por seus subscritores conforme cronograma de investimento elaborado pela Diretoria da Companhia, em três parcelas (“Tranches”), conforme necessidades de caixa/operacionais projetadas da Companhia. **Deliberações:** (i) Tomada das contas da administração e deliberação sobre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019: Acionistas presentes detentores de 100% do capital social da Companhia aprovaram, sem qualquer restrição ou ressalva, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2019, conforme demonstrações contábeis e financeiras auditadas, publicadas no DOE-SP, caderno Empresarial, página 177, na Edição de 28.03.2020, e no Jornal Gazeta de São Paulo, página A4, na Edição de 28 a 30.03.2020. O montante de prejuízo apurado no referido exercício social, de R\$ 3.206.993,00 deverá ser alocado na conta de prejuízos acumulados, restando assim, um saldo de prejuízos acumulados no valor de R\$ 22.315.419,00, a ser absorvido e futuramente compensado com lucros que vierem a ser produzidos pela Companhia. (ii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, para mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2022: Acionistas presentes detentores de 100% do capital social da Companhia aprovaram, sem qualquer restrição, e reeleição e, portanto, recondução dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, com o que restaram eleitos os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, para mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2022: (a) no cargo de Presidente, o Sr. Luiz Roberto Gonçalves, portador do RG nº 3.028.675-X-SSP/SP e do CPF nº 053.775.798-87; e, como demais membros, (b) o Sr. Marcel Domingos Solimeo, portador do RG nº 1.844.307-2-SSP/SP e do CPF nº 029.570.358-04; (c) o Sr. Nilton Molina, portador do RG nº 1.382.400-4-SSP/SP e do CPF nº 007.182.388-34; (d) o Sr. Antônio Carlos Pela, portador do RG nº 3.071.065-0 e do CPF nº 059.556.378-34; e (e) José Carlos Aguilera Fernandes, portador do RG nº 6.351.218-X-SSP/SP e do CPF nº 669.242.948-04. O Presidente e os Membros do Conselho de Administração ora eleitos são neste ato investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, lavrados em livro próprio da Companhia. (iii) Ratificação da comunicação do interesse do Acionista Ivan Pompeu Lopes em exercer seu direito de preferência na subscrição de novas ações ordinárias nominativas, na proporção de sua participação no capital social da Companhia anterior à aprovação do respectivo aumento, e ratificação da subscrição da parcela que caberia ao Acionista Valter Rodrigues Viana pelas Acionistas Alpha Valorem Participações Societárias S.A. e Associação Comercial de São Paulo, todos nos termos das deliberações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/01/2020: Acionistas presentes detentores de 100% do capital social da Companhia: (a) ratificaram o exercício do direito de preferência do Acionista Ivan Pompeu Lopes, acima qualificado, na subscrição da parcela que caberia a si, em virtude do aumento de capital social da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/01/2020, que são, portanto, ora subscritas e integralizadas – mediante conversão em capital de adiantamento para futuro aumento de capital social já anteriormente realizado por este Acionista, conforme registros mantidos na contabilidade da Companhia – pelo Acionista, conforme previstas no boletim de subscrição que faz parte da presente Ata como seu Anexo I; e (b) ratificaram a subscrição da parcela que caberia ao Acionista Valter Rodrigues Viana, acima qualificado, em virtude do aumento de capital social da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17.01.2020, pelas Acionistas Alpha Valorem Participações Societárias S.A. e Associação Comercial de São Paulo, que manifestaram interesse em realizar essa subscrição caso não exercido o direito de preferência que caberia ao primeiro, uma vez que o Acionista Valter Rodrigues Viana efetivamente não exerceu seu direito de preferência na subscrição de novas ações ordinárias nominativas, no prazo decenal de 30 dias, contados da publicação do Aviso aos Acionistas, a qual ocorreu em 05.02.2020. O Acionista Ivan Pompeu Lopes, por sua vez, reafirmou sua renúncia expressa a qualquer direito de preferência que lhe pudesse assistir na subscrição de novas ações da Companhia, conforme previsto no título 5º do Acordo de Transferência e Capitalização da Companhia, especificamente em relação à parcela das ações que caberiam ao Acionista Valter Rodrigues Viana, e que são ora subscritas e integralizadas – mediante conversão em capital de adiantamentos para futuro aumento de capital social já anteriormente realizados por estas Acionistas, conforme registros mantidos na contabilidade da Companhia – pelas Acionistas Alpha Valorem Participações Societárias S.A. e Associação Comercial de São Paulo, nada, jamais, podendo vir a ser exigido, a qualquer título ou tempo, nem por qualquer forma, seja da Companhia, seja de qualquer dos Acionistas, em relação a referida subscrição e integralização do capital social da Companhia aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/01/2020 e registrada na JUCESP em 03.03.2020, sob o nº 122.227/20-7, bem como das referidas ações ordinárias nominativas ora subscritas e integralizadas pelas Acionistas Alpha Valorem Participações Societárias S.A. e Associação Comercial de São Paulo, estas previstas no boletim de subs-

crição que faz parte da presente Ata como seu Anexo I. (iv) Novo aumento do capital social da Companhia, com emissão de novas ações ordinárias nominativas: Inicialmente, os Acionistas consignaram que o capital social da Companhia anteriormente subscrito foi totalmente integralizado na forma prevista na Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17.01.2020, devidamente registrada na JUCESP sob o nº 122.227/20-7 em 03.03.2020, e em conformidade com o quanto previsto no item (iii) acima destas deliberações. Ao continuar, diante de proposta do Conselho de Administração, com base em estudo da Diretoria e por esse Conselho aprovada em Reunião realizada em 15.06.2020 (cuja Ata foi registrada na JUCESP sob o nº 254.216/20-1, em 14.07.2020) e após considerações e pedidos de esclarecimentos solicitados pelo Sr. José Carlos Aguilera Fernandes (representante da Acionista Alpha Valorem Participações Societárias S.A. e Membro do Conselho de Administração da Companhia) e prontamente respondidos pelo Presidente da Assembleia, Sr. Luiz Roberto Gonçalves (também representante da Acionista Associação Comercial de São Paulo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia) e pelo Sr. Emerson Drigo da Silva (advogado da Companhia), Acionistas presentes detentores de 100% do capital social da Companhia aprovaram, inclusive considerando sugestão do Sr. José Carlos Aguilera Fernandes (representante da Acionista Alpha Valorem Participações Societárias S.A. e membro do Conselho de Administração da Companhia), o aumento do capital social da Companhia de R\$ 26.807.993,00 para R\$ 41.807.993,00, resultando num aumento total, portanto de R\$ 15.000.000,00, com a emissão de 15.000.000 de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal mas com preço de emissão fixado, por consenso entre os Acionistas, em R\$ 1,00 por ação, a serem subscritas e integralizadas pelos Acionistas que nessa subscrição manifestarem seu interesse, na forma a seguir consignada e conforme cronograma de investimento proposto pela Diretoria da Companhia, em três parcelas (“Tranches”), de acordo com o quanto segue: (a) 3.000.000 dessas novas ações ordinárias nominativas, correspondentes à primeira Tranche, em vista do interesse demonstrado pelos Acionistas presentes, foram desde logo subscritas apenas pelos Acionistas Associação Comercial de São Paulo, Alpha Valorem Participações Societárias S.A. e Ivan Pompeu Lopes, conforme previsto no boletim de subscrição que faz parte da presente Ata como seu Anexo II, com expressa renúncia a tal subscrição e a qualquer direito de preferência que lhe pudesse assistir pelo Acionista Valter Rodrigues Viana, e: i. em relação à participação que lhes caberia nesta primeira Tranche, tendo em vista suas respectivas participações societárias prévias, integralizadas parte (nesta data) mediante aproveitamento parcial de créditos dos Acionistas subscritores em face da Companhia, em decorrência de adiantamentos para futuro aumento de capital social por eles efetivados até 30.06.2020 e parte (em até cinco dias desta data) mediante transferência de recursos novos para a Companhia, pelos Acionistas Associação Comercial de São Paulo, Alpha Valorem Participações Societárias S.A. e Ivan Pompeu Lopes; e ii. em relação às sobras da participação que caberia ao Acionista Valter Rodrigues Viana nesta primeira Tranche, que a esta renunciou expressamente, e também tendo em vista suas respectivas participações societárias prévias, integralizadas parte (nesta data) mediante aproveitamento parcial de créditos dos Acionistas subscritores em face da Companhia, em decorrência de adiantamentos para futuro aumento de capital social por eles efetivados até 30.06.2020 e parte (até o último dia útil do mês de agosto de 2020) mediante transferência de recursos novos para a Companhia, apenas pelas Acionistas Associação Comercial de São Paulo e Alpha Valorem Participações Societárias S.A., na medida em que também o Acionista Ivan Pompeu Lopes renunciou expressamente a seu direito de participar na subscrição e integralização das sobras de ações decorrentes da renúncia do Acionista Valter Rodrigues Viana; (b) 7.000.000 dessas novas ações ordinárias nominativas, correspondentes à segunda Tranche, poderão ser subscritas pelos Acionistas que não tiverem previamente renunciado, conforme consignado nesta Ata, a seus direitos – e que então terão direito de preferência na subscrição, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia, já considerando a exclusão de Acionista(s) que tiver(em) renunciado, conforme consignado nesta Ata, a seus direitos –, mediante comunicado escrito neste sentido a ser encaminhado à Companhia, para o endereço de “e-mail” [pisauro@crdc.com.br](mailto:pisauro@crdc.com.br), até o dia 31.10.2020, devendo então ser integralizadas até o dia 30.11.2020; e (c) 5.000.000 dessas novas ações ordinárias nominativas, correspondentes à terceira Tranche, poderão ser subscritas pelos Acionistas que não tiverem previamente renunciado, conforme consignado nesta Ata, a seus direitos – e que então terão direito de preferência na subscrição, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia, já considerando a exclusão de Acionista(s) que tiver(em) renunciado, conforme consignado nesta Ata, a seus direitos –, mediante comunicado escrito neste sentido a ser encaminhado à Companhia, para o endereço de “e-mail” [pisauro@crdc.com.br](mailto:pisauro@crdc.com.br), até o dia 31.01.2021, devendo então ser integralizadas até o dia 02.03.2021. Restou ainda aprovado que a ausência de manifestação expressa de qualquer dos Acionistas até as datas mencionadas nas letras (b) (31.10.2020) e (c) (31.01.2021) acima, equivalerá à renúncia expressa do(s) respectivo(s) Acionista(s) a seus direitos de preferência na subscrição das ações da segunda e da terceira Tranches, respectivamente, sendo garantido aos Acionistas que tiverem se manifestado no sentido de participar dessas subscrições o direito de também subscrever – proporcionalmente à sua participação no capital social, deste excluídas as participações de Acionista(s) que se omitirem ou expressamente renunciarem a seus direitos – as sobras de ações que caberiam a Acionista(s) que tiverem deixado de se manifestar ou se manifestarem no sentido de não participarem dessas subscrições. As subscrições e integralizações de ações relacionadas às segunda e terceira Tranches serão ratificadas, com base nas informações então constantes da contabilidade da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária posterior a 02.03.2021, a qual poderá, inclusive, ser cumulada com a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021. Em sequência: (a) o Acionista Valter Rodrigues Viana, já anteriormente qualificado, declarou expressamente não ter interesse em subscrever quaisquer novas ações da Companhia, em qualquer das primeira, segunda e terceira Tranches retro mencionadas, e, em consequência, renunciou expressamente, desde logo, a todos e quaisquer direitos de subscrição ou preferência que lhe pudesse assistir em relação ao aumento de capital social retro aprovado, concordando expressamente com que referido aumento seja subscrito e integralizado pelos demais Acionistas que nele manifestarem seu interesse, nos termos acima consignados, com a consequente diluição de sua participação no capital social da Companhia; (b) a Acionista Associação Comercial de São Paulo, já anteriormente qualificada, declarou expressamente seu interesse em subscrever e integralizar, nas datas retro estipuladas, as novas ações da Companhia relativas à segunda e à terceira Tranches retro mencionadas, incluindo ações cuja subscrição lhe possa caber em razão de sobras de ações então não subscritas por qualquer dos demais Acionistas, razão pela qual fica a Acionista Associação Comercial de São Paulo desde logo dispensada do envio das comunicações escritas mencionadas anteriormente e, também, obrigada à subscrição e integralização, até as datas retro especificadas, das ações que lhe couberem (incluindo sobras) nas segunda e terceira Tranches; e (c) a Acionista Alpha Valorem Participações Societárias S.A. e o Acionista Ivan Pompeu Lopes informaram que se manifestarão a respeito da segunda e da terceira Tranches em momento oportuno, respeitadas as datas limites estabelecidas acima nesta Ata. Em virtude do aumento de capital social da Companhia retro aprovado, o Artigo 5º do Estatuto Social passa a vigor com a seguinte e nova redação: “Artigo 5º. O Capital Social da Companhia é de R\$ 41.807.993,00, dividido em 41.807.993 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, subscritas, em moeda corrente nacional, nos termos previstos na Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 31.07.2020, devendo restar integralizadas, também nos termos de referida Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 31.07.2020, até 02.03.2021.” Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a todos os presentes e, não havendo novas manifestações, foi encerrada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, da qual se lavrou a presente Ata, que, depois de lida e achada conforme, foi assinada exclusivamente por mim, Mayara Moreno Ribeiro Sampaio, Secretária, e pelo Presidente, Luiz Roberto Gonçalves, os quais atestam, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 5º da IN DREI nº 79/2020, a presença de Acionistas detentores de 100% do capital social da Companhia, conforme identificado no item “Presença”, retro, desta Ata, sendo dela extraídas, para fins de registro, 3 vias de igual teor e forma, para o só efeito. O Presidente e os Membros do Conselho de Administração reeleitos Srs. Luiz Roberto Gonçalves, Marcel Domingos Solimeo, Nilton Molina, Antônio Carlos Pela e José Carlos Aguilera Fernandes, declararam, para os devidos fins e sob as penas da lei, que, nos termos do artigo 147, I da Lei 6.404/76, não se encontram impedidos de exercer seu cargo, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fe pública, ou a propriedade. São Paulo, 31/07/2020. **Mesa:** Luiz Roberto Gonçalves – Presidente; Mayara Moreno Ribeiro Sampaio – Secretária. Visto: Emerson Drigo da Silva OAB/SP 164.006. JUCESP – Registrado sob o nº 354.358/20-0 em 01/09/2020. Gisele Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## BC altera assinatura no câmbio e permite conta pré-paga em compra internacional



O Banco Central anunciou nesta quinta-feira, 17, duas alterações na regulamentação cambial brasileira. A primeira trata do uso da assinatura eletrônica em contratos de câmbio, enquanto a segunda permite o uso de contas de pagamento pré-pagas em reais em compras internacionais.

Em nota, o BC explicou que, no caso da assinatura eletrônica em contratos de câmbio, será permitido usar soluções como a gravação de imagem ou de voz, o registro de sinalização gráfica de concordância e o envio ou recebimento de e-mail.

“Continua sendo de responsabilidade exclusiva da instituição autorizada assegurar que o referido meio de comprovação: (i) estabeleça vínculo inequívoco entre as partes e as informações constantes do documento eletrônico; e (ii) confira segurança jurídica ao contrato de câmbio”, afirmou o BC na nota.

A instituição disse ainda que foi dada permissão para uso de contas de pagamento pré-pagas em reais “em aquisições de bens e serviços por meio de empresas facilitadoras de pagamentos internacionais, ampliando as alternativas disponíveis aos cidadãos e às empresas, inclusive exportadoras, para realizarem operações com o exterior”.

As mudanças entram em vigor em 1º de outubro deste ano.

## Juros fecham em baixa com comunicado do Copom e oferta menor no leilão do Tesouro



Os juros futuros fecharam o dia em queda com a sinalização do comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom) e a oferta menor de títulos prefixados no leilão do Tesouro. O alívio se deu mesmo com o clima de aversão ao risco no exterior, mas com o mercado por aqui se apegando à indicação do Federal Reserve na quarta-feira de que os juros americanos devem seguir em níveis baixos até 2023. Após o Copom ter endossado o forward guidance de que não pretende reduzir o grau de estímulo monetário e não ter descartado a possibilidade de voltar a cortar a Selic após mantê-la na quarta em 2%, as apostas para aperto monetário nas próximas reuniões perderam um pouco de força na precificação da curva.

Boa parte das principais taxas terminaram nas mínimas, na medida em que o dólar ampliava perdas de maneira global. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 encerrou na mínima de 6,02% (6,124% na quarta) e a do DI para janeiro de 2027 também terminou na mínima, de 7,01%, de 7,123% na quarta. Nos mais curtos, o DI para janeiro de 2022 fechou com taxa de 2,82%, de 2,893% no ajuste anterior, e o DI para janeiro de 2023 fechou com taxa de 4,14%, de 4,254%.

De acordo com o Haitong Banco de Investimento, para o Copom de outubro, a curva projetava no fim da sessão 23% de chance de um aumento de 0,25 ponto porcentual na Selic, de 26% na quarta.

IstoéDinheiro

IstoéDinheiro



## Negócios

### Mastercard faz parceria com fintechs e bancos para expandir acesso a crédito

**A** Mastercard anunciou nesta quinta-feira (17) que se juntou a três dos maiores bancos da América Latina e às fintechs Mercado Libre (da Argentina) e Paypal para desenvolver iniciativas de expansão do acesso ao crédito e promover inclusão digital e financeira na região.

Com a parceria, que foi chamada de “Tech for Good Partnership”, as instituições financeiras se comprometem a usar seus recursos e ativos para trazer novas soluções e ferramentas financeiras e educacionais para atender a população mais impactada pela Covid-19.

Entre os parceiros estão o Citibanamex (México), o Bancolombia (Colômbia) e o Banco Galicia (Argentina).

Os últimos dados levantados por uma pesquisa do Instituto Locomotiva, em 2019, apontam que cerca de 45 milhões de brasileiros são desbancarizados -ou seja, não movimentam a conta bancária há mais de seis meses ou não têm conta em banco.

Isso significa que 1 em cada 3 pessoas não possui conta bancária no país. Ainda segundo o levantamento, esse



grupo movimentava mais de R\$ 800 bilhões.

Para o presidente da Mastercard Brasil e Cone Sul, João Pedro Paro Neto, existem dois pontos principais para aumentar o acesso dessa população ao sistema financeiro.

Com relação à bancarização dos brasileiros, ele afirma que primeiro é preciso expandir o uso de alternativas ao dinheiro em espécie, como cartões e carteiras digitais. Segundo o executivo, parte desse movimento se mostrou factível com o auxílio emergencial.

Em relação ao crédito, os executivos afirmam que existem várias maneiras de expandir o acesso a esses recursos. Segundo Federico Gómez Schumacher, diretor

geral do Paypal Brasil e México, um dos produtos imaginados pela empresa se refere a capital de giro para pequenos negócios, categoria que tende a ser mal servida pelo sistema financeiro, em sua avaliação.

“Alguns deles são muito pequenos, não têm garantias ou mesmo pegam créditos pessoais, pelos empresários, para financiar o negócio. Tentar usar o que já existe no mercado não é fácil. Então a ideia é promover um crédito mais customizado e flexível, trazendo maior cobertura financeira para o segmento”, diz.

O projeto anunciado nesta quinta-feira também deve trazer novas parcerias com instituições educacionais e financeiras em breve, mas os executivos não deram mais detalhes.

Isabela Bolzani/Folhapress

### Vendas on-line têm alta de 72,6% na 1ª metade de setembro

**O** comércio eletrônico faturou R\$ 3,8 bilhões entre 3 e 13 de setembro, período de promoções conhecido como ‘Semana do Brasil’. O volume é 72,6% superior ao registrado em igual período de 2019, aponta um estudo feito pela Neotrust/Compre&Confie em parceria com a Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (Abcomm).

Com a mudança de comportamento do consumidor brasileiro durante a pandemia de Covid-19, o gasto médio no varejo digital aumentou 7,3%, no período, para R\$ 435. As lojas on-line registraram 8,7 milhões de pedidos, 60,9% acima do volume observado nos dez dias primeiros dias

de setembro do ano passado.

As categorias que mais faturaram no período foram telefonia, eletrodomésticos e informática, com gasto médio por cliente de R\$ 1.544, R\$ 1.300 e R\$ 1.021, respectivamente. Na quarta posição ficou o setor de moda e acessórios, com média de R\$ 194 em compras, seguido do de eletrônicos, com média de R\$ 742 no carrinho digital do brasileiro.

Mais de 62% das vendas foram realizadas por consumidores da região Sudeste, enquanto a região Sul registrou 15% das compras. Na sequência estão consumidores das regiões Nordeste (14,8%), Centro-Oeste (5,7%) e Norte (1,9%).

Exame



### Trocas e logística: o que falta para o Brasil ser gigante na moda digital



**M**esmo com o grande avanço do segmento de moda no comércio eletrônico nos últimos meses, ainda é mais complicado comprar roupas pela internet no Brasil do que em países mais desenvolvidos. O mercado de moda no mundo é gigantesco: são mais de 60 bilhões de dólares em vendas anuais. Atrás de alimentos, é a segunda maior categoria de itens de consumo. No entanto, no Brasil a participação das vendas digitais ainda é pequena, de apenas 4%.

A logística de troca e devolução, por exemplo, é mais complicada e ainda há fricção nos meios de pagamento. Por aqui, apenas 7% a 8% das pessoas devolvem peças, enquanto em países mais maduros a taxa é de até 60%, diz

Philipp Povel, cofundador e presidente da . É necessário trocar a peça em uma loja física, quando possível, ou imprimir uma etiqueta de devolução e ir até uma agência dos Correios.

Em outros países, a loja recolhe a peça na casa do consumidor, um processo mais confortável, mas também mais caro para o lojista. Segundo Povel, o investimento compensa. Em mercados onde há essa possibilidade logística, a taxa de conversão chega a ser quatro vezes maior, o que reduz drasticamente os investimentos em marketing para atrair clientes. A Dafiti recentemente lançou o serviço de coleta em casa para a cidade de São Paulo, para que as pessoas não precisem sair e ficar em uma fila na agência dos Cor-

reios para devolver uma peça.

Outros obstáculos no e-commerce de moda incluem a falta de padronização nos números das peças, falta de formalização de fornecedores e até entraves nos meios de pagamento. A pandemia do novo coronavírus ajudou a impulsionar mudanças e investimentos no setor, se não para oferecer o melhor serviço ao consumidor pelo menos para sobreviver — as vendas do mercado de moda caíram 61% no segundo trimestre em relação ao ano passado. É o caso do investimento da Dafiti no serviço de coleta de peças nas casas dos clientes.

A empresa digital, que é líder em seu setor com quase 30% do mercado, também ampliou seu marketplace e passou a vender itens como móveis e acessórios.

Exame